

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: OS NÚCLEOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

GENDER, SEXUALITY AND SEXUAL DIVERSITY IN PROFESSIONAL TECHNOLOGICAL EDUCATION: THE NUCLEUS FOR GENDER AND DIVERSITY

GÉNERO, SEXUALIDAD Y DIVERSIDAD SEXUAL EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: LOS NÚCLEOS DE GÉNERO Y DIVERSIDAD

TÁBATA DOS SANTOS FIORAVANTI
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA – IFFAR
SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
TATA_GOGE@YAHOO.COM.BR
HTTP://ORCID.ORG/0000-0001-8813-3657

VANTOIR ROBERTO BRANCHER
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - IFFAR
SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL
VANTOIR.BRANCHER@IFFARROUPILHA.EDU.BR
HTTP://ORCID.ORG/0000-0003-2829-7320

HELOÍSA CORDEIRO MOREIRA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE
FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL
HELOISACORDEIRO@YAHOO.COM.BR
HTTP://ORCID.ORG/0000-0002-2779-3982

RESUMO: A existência de distorções sobre os conceitos de gênero e de diversidade sexual, os preconceitos e censuras que estes temas carregam/sofrem e a dificuldade que os agentes escolares têm de abordar essas temáticas dentro da escola é o que motiva esta escrita. O objetivo desta pesquisa é apresentar o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual de um Instituto Federal do Sul do país como possibilidade de diálogo sobre a temática e enfrentamento de violências na escola, em especial na Educação Profissional e Tecnológica, visando um ambiente mais inclusivo e igualitário. Este trabalho é de caráter descritivo, com natureza qualitativa, tendo como fonte de pesquisa materiais documentais. Para a elaboração do referencial teórico, embasou-se, principalmente, em Scott, Louro e Bourdieu para se abordar alguns conceitos de gênero e relações de poder apoiadas nas discriminações de gênero. A relação entre a escola e a necessidade de abordagem do tema será pautada especialmente a partir dos estudos de Colling e Rocha, com apoio dos autores já citados. Conclui-se que a criação desses núcleos objetiva uma educação inclusiva e mais igualitária, visando a diminuição de discriminações de gênero e diversidade sexual. As ações dos núcleos buscam a disseminação de informações sobre a temática de gênero e diversidade sexual entre a comunidade acadêmica, para que os sujeitos que delas participem compreendam que as diferenças são naturais e devem ser respeitadas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Educação. Diversidade.

ABSTRACT: The existence of distortions on the concepts of gender and sexual diversity, the prejudices and censorship that these themes carry/suffer, and the difficulty that school agents must address these topics within the school is what motivates this writing. The objective of the research is to present the Nucleus for Gender and Sexual Diversity of a Federal Institute of the South of the country as a possibility of dialogue on the theme and coping with violence in school, in Professional and Technological Education, aiming for a more inclusive and egalitarian environment. This writing is of descriptive character, with qualitative nature, having as research source documentary materials. For the elaboration of the theoretical framework, we based mainly on Scott, Louro and Bourdieu to address some concepts of gender and power relations supported in gender discrimination. The relationship between the school and the need to approach the theme will be based mainly on the studies by Colling and Rocha, with the support of the authors. We conclude that the creation of these nucleus aims at an inclusive and more egalitarian education, aiming at the reduction of gender discrimination and sexual diversity. The actions of the nucleus seek to disseminate information on the theme of gender

and sexual diversity among the academic community, so that the participants understand that the differences are natural and should be respected.

KEYWORDS: Gender. Education. Diversity.

RESUMEN: La existencia de distorsiones sobre los conceptos de género y diversidad sexual, los prejuicios y censuras que estos temas involucran / sufren, así como la dificultad que los agentes escolares tienen para abordar estas temáticas dentro de la escuela es lo que motiva a esta escritura. El objetivo de la investigación es presentar el Núcleo de Género y Diversidad Sexual de un Instituto Federal del Sur del país como posibilidad de diálogo sobre la temática y enfrentamiento de violencias en la escuela, en particular en la Educación Profesional y Tecnológica, buscando un entorno más inclusivo e igualitario. Esta escritura es de carácter descriptivo, de naturaleza cualitativa, que tiene como origen de investigación materiales documentales. Para la elaboración del referencial teórico apoyamos principalmente en Scott, Louro y Bourdieu para abordar algunos conceptos de género y relaciones de poder apoyadas en las discriminaciones de género. La relación entre la escuela y la necesidad de enfoque del tema se fundamentará principalmente en los estudios de Colling y Rocha, con el apoyo de los autores ya citados. Concluimos que la creación de estos núcleos tiene como objetivo una educación inclusiva y más igualitaria, orientada a la disminución de discriminaciones de género y diversidad sexual. Las acciones de los núcleos buscan la difusión de datos sobre la temática de género y diversidad sexual entre la comunidad académica, para que los sujetos que participen en ella comprendan que las diferencias son naturales y deben ser respetadas.

PALABRAS CLAVE: Género. Educación. Diversidad.

INTRODUÇÃO

Ao se falar da categoria gênero, deve-se ter em mente que as concepções abordadas não são meramente biológicas, dado que os estudos sobre gênero são interdisciplinares e, portanto, perpassam por diferentes áreas, tais como Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Biologia, entre outras (LIMA, 2018). A categoria, por si só, “não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual” (COLLING, 2015, p. 36). Atualmente, os estudiosos e estudiosas do tema compreendem que gênero possui um caráter social e cultural, rompendo com as características unicamente biológicas. Os debates acerca de gênero e diversidade sexual se tornaram mais frequentes e acalorados a partir da década de 1960, provocados pelos movimentos das feministas, e também de gays e de lésbicas (LOURO, 2018).

Esta temática, trazida pelas lutas das minorias, hoje, ocupa um espaço cada vez mais amplo e em ascensão nos movimentos sociais e no ambiente acadêmico, tornando-se objeto de estudos (LOURO, 2018). As discussões sobre gênero e diversidade sexual no ambiente escolar, mesmo sendo uma unanimidade no discurso pedagógico, ainda são acompanhadas de mitos e tabus (ROCHA, 2011), devido, muitas vezes, ao desconhecimento de suas origens e significados. Acredita-se que a escola deve ser inclusiva, onde todos os sujeitos devem ser respeitados e não devem ter suas capacidades podadas, portanto, a escrita de um texto que fale da inclusão e diversidade de gênero e sexual é uma luta e disputa pela liberdade (COLLING, 2015).

Pode-se dizer que as sociedades realizam processos de demarcações das fronteiras entre os que representam a norma e agem de acordo com os padrões culturais, e aqueles que ficam à margem dessa norma (LOURO, 2018). Na sociedade atual, a norma, o padrão, remete ao homem branco, de classe média e cristão, sendo essa a referência central e todos os sujeitos que não possuem estas características são os “outros” (LOURO, 2018), as “minorias” sem muita representatividade social e política. Ao classificar sujeitos e definir rótulos, a sociedade pretende fixar identidades (LOURO, 2018), e são nessas divisões sociais que se estabelecem as relações de poder. Aprende-se desde criança, de forma objetiva ou subjetiva, quais os padrões que se deve seguir; quando um sujeito não age em conformidade com as “regras sociais” adequadas

para seu gênero e sua sexualidade, é taxado de anormal, julgado e até humilhado como um sujeito que vai contra a natureza humana (BOURDIEU, 2012).

A escola, que faz a mediação entre o saber empírico e o científico (ALVES; LAMB, 2016), é um ambiente demarcador das relações de poder entre os gêneros, mas pode se transformar em um ambiente de respeito à diversidade e construtor de relações mais igualitárias (COLLING, 2015). Para o ensino básico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê um mínimo de 800 horas letivas no ano, sendo um mínimo de 200 dias letivos (BRASIL, 1996). Com isso, é possível inferir que os jovens passam, no mínimo, quatro horas de seus dias dentro de uma sala de aula. No entanto, Louro (2018) afirma que as lembranças que muitos atribuem às escolas não se referem aos conteúdos programáticos, mas sim ao dia a dia escolar, às relações com colegas e professores. “As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente, nossa identidade de gênero e sexual” (LOURO, 2018, p. 22). Logo, entende-se que a abordagem da temática gênero e diversidade sexual nas escolas é de suma importância, visto que é na adolescência que o jovem se descobre em todos os aspectos sociais e é quando aflora a curiosidade sexual nos sujeitos.

A escola não pode desprezar assuntos e debates tão latentes (COLLING, 2015), o lugar do conhecimento não pode ser o local da ignorância sobre a temática da diversidade e igualdade (LOURO, 2018). Todavia, para trazer o debate sobre temas como diversidade sexual, preconceito, igualdade e violência de gênero dentro do ambiente escolar, muitas vezes, é necessário o enfrentamento de dificuldades de nível macro (políticos, sociais, econômicos) e micro (questões de crenças religiosas, morais e familiares) (ROCHA, 2011). Ainda existem muitos obstáculos nas mentes de professores/as e na estrutura escolar que impossibilitam uma abordagem cuidadosa, ética (BRITZMAN, 2018) e ampla sobre a temática.

A existência de distorções sobre os conceitos de gênero e de diversidade sexual, os preconceitos e censuras que esses temas carregam/sofrem, e a dificuldade que os agentes escolares têm de abordar essas temáticas dentro da escola é o que motiva esta escrita. Descrever-se-ão alguns conceitos de gênero, discriminação e violência, tanto de gênero quanto sexual, e será problematizado o papel da escola frente à temática. O objetivo da pesquisa é apresentar o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), existente em um Instituto Federal do Sul do país e pertencente à Rede Federal de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica, como possibilidade de diálogo sobre a temática e enfrentamento de violências, visando um ambiente mais inclusivo e igualitário.

Na Rede Federal, é ofertada a Educação Profissional e Tecnológica, que proporciona um ensino que tem como “fundamento a integração entre trabalho, ciência e cultura, esse tipo de ensino acirra contradições e potencializa mudanças” (CIAVATTA, 2014, p. 199). Assim sendo, há uma união do estudo com o trabalho, do conhecimento com a prática, para a “superação da divisão social do trabalho” (CIAVATTA, 2014, p. 189).

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a elaboração do referencial teórico, embasou-se, principalmente, em Scott (1989), Louro (2018) e Bourdieu (2012) para se abordar alguns conceitos de gênero e relações de poder apoiadas nas discriminações de gênero. A relação entre a escola e a necessidade de abordagem do tema será pautada, especialmente, a partir dos estudos de Colling (2015) e Rocha (2011), com apoio dos/as autores/as já citados/as.

GÊNERO E SEXUALIDADE: CONCEITOS CULTURAIS E SOCIAIS

O termo gênero começou a ser utilizado pelas feministas para designar o caráter social das relações e distinções entre os sexos; o vocábulo rejeita os determinismos biológicos implícitos nos termos “sexo” e “diferença sexual”. Seu uso fez parte de um empreendimento das feministas contemporâneas para reivindicar um terreno de definição que tratasse das diferenças entre homens e mulheres que as teorias sociais até então não abordavam (SCOTT, 1989). Essas diferenças sociais entre os sexos são “normalizadas” e tidas como naturais, ainda, são incorporadas nos corpos e nos habitus dos indivíduos a ponto de serem inevitáveis (BOURDIEU, 2012). Partindo desse princípio de naturalização, fica quase impossível criticar e argumentar as dimensões políticas e culturais (LOURO, 2018), tanto da sexualidade quanto das relações de poder e submissão existente entre os gêneros.

Entretanto, ao se falar das construções culturais e dos papéis sociais “adequados” para homens e mulheres, está se referindo ao termo gênero, que é uma “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1989, p. 75). Tanto as inscrições dos gêneros feminino e masculino em um corpo quanto a sua sexualidade não são algo inerente ao ser humano, que lhe foi “dado” pela natureza. Essas características são sempre determinadas e definidas em uma cultura, portanto, são “compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2018, p. 12).

Antes do renascentismo, os corpos de homens e mulheres eram descritos como variantes de uma mesma fisiologia, não existiam terminologias anatômicas para descrever em detalhes o sexo da mulher, que era representado como tendo os mesmos órgãos que os homens, porém dispostos de maneiras diferentes (BOURDIEU, 2012). Até o final do século XX, não existiam estudos teóricos sobre gênero como uma categoria analítica, estando ausente das principais teorias e estudos sociais existentes até então. Algumas das teorias da época construíram sua lógica analítica através da oposição entre o feminino e o masculino, e outras até reconheceram algumas “questões femininas”, mas ainda não havia uma preocupação em falar sobre os sistemas das relações sociais ou sexuais existentes (SCOTT, 1989).

Para Scott (1989), não se pode tentar entender as diferenças sociais entre os gêneros sem conceder uma atenção especial aos sistemas de significados, ou seja, como as sociedades representam os gêneros e utilizam-se deles para construir as relações sociais ou para significar experiências. Para a historiadora, o núcleo da definição de gênero perpassa por duas proposições: a primeira é que ele é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e a segunda é que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 2019). Para a autora, a teorização de gênero é desenvolvida na segunda proposição, ou seja, “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1989, p. 88). Bourdieu (2012) complementa que a dominação masculina na sociedade dispensa uma justificação, a visão androcêntrica é compreendida como neutra e não necessita de uma legitimação ou explicação.

Por meio dessa naturalização das relações de gênero, meninas e meninos são “moldados” conforme a sociedade espera que eles/as ajam. As mulheres “de verdade” devem comportar-se de maneira mais contida, ter uma tonalidade mais branda; espera-se que sejam sorridentes, atenciosas, delicadas, submissas, “recatadas e do lar”, como se a feminilidade se medisse pela capacidade de se fazerem pequenas (BOURDIEU, 2012). Comumente, as características femininas são dispostas no diminutivo, enquanto as masculinas apresentam-se no aumentativo. Às mulheres cabe o mundo privado, irrelevante e desprezado na sociedade, enquanto os homens atuam no público e na política, lugares que são de poder por excelência (COLLING, 2015). A

elas não são destinados cargos de poder na sociedade, é raro ver mulheres ocupando funções de direção ou adquirindo algum destaque em sua profissão.

Mesmo as profissões tipicamente “femininas”, quando são ocupadas por homens, ganham uma característica de “nobreza” (BOURDIEU, 2012), basta pensar na cozinheira e no chefe de cozinha, na costureira e no alfaiate, a professora que é chamada de tia pelos alunos e o professor de “mestre”, entre outros casos. O acesso de uma mulher ao poder ainda a coloca em uma situação de duplo vínculo (BOURDIEU, 2012): se agirem “como homens”, elas expõem-se à possibilidade de perderem suas características femininas, e se agirem “como mulheres”, correm o risco de parecerem inaptas ao cargo que ocupam.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1989, p. 92).

Dessa maneira, a diferença sexual e biológica se converte em uma diferença política (COLLING, 2015), que é legitimada e perpetuada social e culturalmente como algo imutável, mas que, sendo uma característica social, pode ser alterada por quebras de paradigmas. Por exemplo, é aceitável na sociedade que um operário se torne patrão ou uma trabalhadora venha a ser uma empresária, representado novas formas, provavelmente eles/as começarão a se perceberem como novos sujeitos, adquirindo outros interesses e estilos de vida. Contudo, a situação torna-se complexa quando se trata de uma alteração em relação ao gênero ou à sexualidade de um sujeito. Percebe-se que é aceita a transitoriedade de identidades de classe social ou econômica, mas uma contingência em relação ao gênero não, ao alterar os padrões de gênero ou de sexualidade, um indivíduo corriqueiramente passa a ser visto como uma fraude pelos demais (LOURO, 2018).

As relações de poder mantêm-se, também, através de uma violência simbólica onde a/o dominada/o não consegue identificar sua posição e pensá-la como uma relação de dominação. Sendo a relação de poder uma construção social, muitas vezes a/o própria/o dominada/o se encontra em uma posição de admiração pelo dominador (BOURDIEU, 2012). Nessa relação, por exemplo, a mulher “internaliza a naturalidade da discriminação, tornando-se difícil para ela romper com esta imagem de desvalorização de si mesma” (COLLING, 2015, p. 39). Para que seja possível romper com essas relações, é importante que se possa refletir sobre como determinada característica passou a ser reconhecida como uma “marca” de identidade e quais significados essas marcas possuem hoje na sociedade (LOURO, 2018).

Através das lutas e trabalhos de décadas dos movimentos feministas e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) - que atualmente também engloba as categorias *Queer*¹, Intersexo² e Assexual - e dos estudos científicos da temática, a dominação masculina não é mais considerada algo estável e imutável (BOURDIEU, 2012). Atualmente, há um entendimento que os reforços da dominação das normativas heterossexuais podem ser questionadas, chegando ao ponto de terem que ser, até mesmo, justificadas.

¹ A expressão inglesa *queer*, que pode ser traduzida, inicialmente, por estranho ou esquisito, é, também, a forma pejorativa de se referir a um sujeito não-heterossexual. Repetido como xingamento ao longo dos anos, *queer* serviu para marcar uma posição marginalizada e execrada. No entanto, alguns ativistas assumiram afirmativamente o termo, buscando marcar uma posição política (COLLING, 2015).

² Termo utilizado para designar uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa na definição típica de sexo feminino ou masculino (INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA, 2008).

GÊNERO E SEXUALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

As abordagens sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual nas escolas brasileiras passaram, atrevido-se a inferir que ainda passam, por diversos estágios. Somente em 1998, com a estruturação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), é que a orientação sexual passou a ser assumida pelo Governo Federal como um tema transversal, motivado pelo crescimento de gravidez na adolescência e risco de contaminação pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana) devendo ser integrada às propostas pedagógicas das escolas (ROCHA, 2011). Compreendendo que a sexualidade não é uma questão exclusivamente pessoal, mas também social e política e que é “construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2018, p. 11), entende-se que a temática deve ser abordada no âmbito escolar para desenvolver ações críticas, reflexivas e educativas para os/as jovens (ROCHA, 2011), e que também visem o combate à homofobia e discriminações de gênero.

As estruturas de dominação de gêneros não são a-históricas, elas são produtos de um trabalho incessante que são reproduzidos e perpetuados por vários agentes, dentre os quais se encontra a escola, que age nas estruturas inconscientes (BOURDIEU, 2012). Novas teorias têm sido utilizadas para estabelecer diálogos entre o gênero e a educação, considerando que a escola é um local que, além de demarcar as masculinidades e feminilidades, também contribui para as desigualdades entre os gêneros (COLLING, 2015). A dominação masculina se fortalece através do desconhecimento, onde a mulher aceita sua condição de subordinada (COLLING, 2015), possuindo, inclusive, um sentimento de amor à dominação, renunciando o desejo de dominar (BOURDIEU, 2012). Logo, a escola, que historicamente é um agente mantedor dessas relações, deve combater os pensamentos estereotipados e antidemocráticos, tornando-se um local de “produção de relações igualitárias e democráticas” (COLLING, 2015, p. 35).

A escola deve romper com o consenso das “vocações” consideradas femininas ou masculinas, visto que a lógica por trás dessas “vocações” é produzir expectativas nos indivíduos que se esforçam, muitas vezes através de sofrimento, para alcançá-las. Mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho³ e no ambiente acadêmico, ainda é difícil romper as barreiras que definem os ambientes e profissões femininas e masculinas. Existe, então, uma perpetuação das relações de poder, onde as subalternas⁴ realizam suas atividades com prazer e devoção (BOURDIEU, 2012), sem questionar o porquê dessas relações existirem.

Como se sabe, aos sujeitos que percebem seus interesses e/ou desejos distintos da norma heterossexual, resta o silêncio, a segregação e/ou a dissimulação, pois “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade” (LOURO, 2018, p. 33). Muitas vezes essa rejeição é traduzida pela homofobia, e essas violências frequentemente são consentidas ou ignoradas pela escola. Diante disso, cabe à escola proporcionar a seus/suas alunos/as e professores/as um ambiente onde haja respeito à diversidade das relações afetivo-sexuais. A heterossexualidade não pode mais ser afirmada como o exemplo das relações humanas (COLLING, 2015), nem tida como a forma “natural”, universal e normal (LOURO, 2018), visto que a sexualidade também é compreendida como uma construção histórica e cultural, carregada de multiplicidade e provisoriidade (LOURO, 2007).

As pré-disposições hierárquicas estimuladas pelos agentes mantedores das dominações sociais, dentre os quais está a escola, permitem que as mulheres e meninas se autoexcluam dos ambientes onde elas já são sistematicamente excluídas. Mesmo quando já liberta da

³ A educação em EPT é contrária à lógica de mercado, sendo crítica a toda a forma degradante de produção e consumo.

⁴ Intencionalmente no feminino para frisar a dominância masculina perante a subalternidade feminina.

tutela da igreja, a escola continua a transmitir os pressupostos de uma sociedade patriarcal (BOURDIEU, 2012), reforçando as relações de poder baseadas nos gêneros. O consenso de que a escola não deve formar apenas para o mercado de trabalho, mas também “preparar seus alunos e alunas para a cidadania construindo sujeitos éticos e responsáveis” (COLLING, 2015, p. 38) vai ao encontro com os objetivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) oferecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) pertencentes à Rede Federal de Ensino Profissional, Científica e Tecnológica. A EPT prima pela formação omnilateral dos sujeitos, onde o indivíduo tem um desenvolvimento completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 2007). Ciavatta (2014, p. 191) complementa o conceito de educação omnilateral ao dizer que ela visa uma formação “em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional”.

A concepção de ensino dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia entende a educação como um:

[...] compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (BRASIL, 2010, p. 18).

Nesse ínterim, o ensino na Educação Profissional e Tecnológica é progressista e visa a formação de um sujeito autônomo, sendo um cidadão e agente político capaz de compreender e transformar a sua realidade (política, cultura, social e economicamente) (BRASIL, 2010). A educação que meninos e meninas recebem e a forma como se comportam são fenômenos sociais que podem ser mudados (COLLING, 2015) e caso sejam comportamentos sexistas, não só podem como devem ser mudados. Portanto, demonstrar como esses comportamentos são construídos é um trabalho pedagógico (COLLING, 2015) que está inserido nas atribuições de uma escola que objetiva a formação de um cidadão crítico, capaz de mudar a sociedade onde vive.

A escola não pode mais ser um espaço mantedor das permanências de divisões e dominações entre os gêneros, ela deve ser um local que rompa com as exclusões, trazendo, ao ambiente, a problematização sobre o gênero, diversidade sexual e discriminações, para construir um ambiente mais igualitário. Para que isso seja alcançado, as ações desenvolvidas devem ser desempenhadas de forma planejada (ROCHA, 2011) e pensadas para que não sejam vistas de forma autoritária pelos/as alunos/as, que tendem a esquecer do tipo de aula onde percebem grau de autoritarismo (BRITZMAN, 2018). Como um exemplo de espaço de debate e enfrentamento às discriminações de gênero no ambiente escolar, em especial na Educação Profissional e Tecnológica, apresenta-se o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) constituído em um Instituto Federal do Sul do país.

NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDIS)

Antes da institucionalização do núcleo, os temas de gênero, violências de gênero, diversidade sexual e discriminação dessas categorias eram previstos no Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), onde dizia que o Instituto priorizaria as ações voltadas aos grupos:

[...] II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades. Questões ligadas ao corpo, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à AIDS, à gravidez na infância e na adolescência, à orientação sexual, à identidade de gênero são temas que fazem parte desta política (IFFAR, 2018, p. 161).

Todavia, a sua abordagem dependia da vontade e iniciativa de docentes (GUERCH; CONTO, 2017), por isso, ainda faltava uma normativa que institucionalizasse o debate sobre gênero e diversidade sexual. Como penúltima meta institucional de política de diversidade e inclusão do Instituto para os anos de 2013 a 2015, encontra-se a implementação dos Núcleos de Gênero e Diversidade (IFFAR, 2013), que só ocorreu no ano de 2016.

O ato de criação do NUGEDIS visa promover e garantir o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que traz os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre os quais se encontra a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e também a “promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

O Núcleo está ligado à Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e foi constituído pela Resolução Consup (Conselho Superior) nº 23/2016; esta altera a resolução de criação da CAI para que haja a inclusão do NUGEDIS em sua estrutura. Através dessa normativa, o Instituto se compromete em desenvolver políticas, ações e projetos que tragam o debate sobre gênero e diversidade sexual ao âmbito escolar. A motivação da constituição do NUGEDIS foi, dentre outros atos normativos, a Política de diversidade e inclusão da Instituição e o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 (IFFAR, 2016).

No artigo 64 da Resolução Consup nº 23/2016, encontram-se as atribuições do núcleo, que, além da consolidação do artigo terceiro da Constituição Federal, destacam-se as seguintes: a promoção de implantação e consolidação de políticas inclusivas de gênero e diversidade sexual nos campi da instituição; promoção de cursos de formação continuada destinados à comunidade interna e externa; participar ou implementar atividades de pesquisa, ensino e extensão; conhecer e compreender as políticas que tratem sobre a temática abordada pelo núcleo; propor a realização de eventos que abordem as temáticas do núcleo; articular os setores da Instituição para a promoção das questões de gênero e diversidade sexual; participar de debates e ações que tratem do acesso, permanência e conclusão com êxito dos discentes da instituição, garantindo o respeito às diferenças e a promoção à equidade, evitando segregações e binarismos, entre outras.

Colling (2015, p. 38) afirma que “a escola deve preparar seus alunos e alunas para a cidadania, construindo sujeitos éticos e responsáveis”. Analisando as atribuições do NUGEDIS citadas, percebe-se que as ações promovidas por esse núcleo visam romper com as discriminações e preconceitos gerados pelas normas heteronormativas e pelo androcentrismo. Logo, entende-se que os sujeitos que participam de alguma forma dessas atividades saem com pensamentos mais críticos acerca das temáticas abordadas, tornando-se indivíduos mais responsáveis no que tange à igualdade de gênero e diversidade sexual.

O documento de criação do NUGEDIS prevê a existência de um núcleo em cada campus, assim todos os campi da Instituição devem ser atendidos, sendo que cada núcleo é composto por membros efetivos e colaboradores. O corpo de membros efetivos é formado por dois docentes, dois membros da Coordenadoria de Ações Inclusivas e dois Técnicos em Administração, já os membros colaboradores são os membros da comunidade interna e/ou externa (IFFAR, 2016).

Percebe-se, então, que há uma preocupação da Instituição em trazer membros da comunidade externa para integrar o Núcleo, contribuindo para que as ações desenvolvidas sejam levadas para além dos muros da Instituição.

As escolas devem contribuir para a formação de sujeitos que sejam capazes de respeitar a diversidade, as orientações sexuais e escolhas dos demais (SCHWANTES; HAMER, 2018). Desse modo, acredita-se que a existência dos NUGEDIS em um Instituto Federal possibilita que seus/suas discentes, docentes, técnicos administrativos e também pessoas da comunidade externa participem de debates e ações que objetivam a propagação dos conceitos de gênero e diversidade sexual, bem como maior igualdade e respeito entre os indivíduos.

METODOLOGIA

Esta escrita é de caráter descritivo, com natureza qualitativa, tendo a pesquisa em materiais documentais como procedimento metodológico. Segundo Jacobini (2006), a pesquisa qualitativa é o método apropriado para as ciências humanas, dado que o ser humano não deve ser um objeto a ser medido e nem tabulado.

Após pesquisa de documentos relacionados ao tema e que poderiam embasar a coleta de dados, foi feita a separação dos documentos, leitura e fichamento. A análise de documentos foi realizada, primeiramente, na Resolução Consup nº 23/2016, de 24 de maio de 2016, do Instituto Federal Farroupilha (2016) e, posteriormente, na Política de Diversidade e Inclusão do IF Farroupilha (2013), no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) do Instituto Federal Farroupilha (2018) e, por último na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (BRASIL, 1996).

Após a leitura dos documentos, foi realizado o fichamento para posterior análise. O método de análise de dados foi realizado sob a perspectiva hermenêutica, a qual permite a realização de uma interpretação reflexiva (GADAMER, 1997).

Já os exemplos de ações do Núcleo foram pesquisados na rede social Facebook, onde foi digitado “nugedis” no local de busca e foram selecionadas as páginas dos NUGEDIS do IFFar para análise. Obtiveram-se os seguintes resultados: campus Alegrete (@nugedis.ifalegrete), campus Júlio de Castilhos (@nugedis.nugedis.5), campus São Borja (@NugedisSB) e campus Santo Ângelo (@nugedissan). Foram selecionadas para análise as ações de junho de 2020, visto que a data de 28 de junho é o dia do orgulho LGBT.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a implementação de um Núcleo em cada campus, é possível perceber que o Instituto se compromete em cumprir o seu PDI e suas metas de Diversidade e Inclusão no que tange ao tema “gênero e diversidade sexual”. As diretrizes da EPT relativas à formação de um sujeito crítico, com sua própria identidade e que seja capaz de alterar a sociedade onde vive, também são, em partes e no que tange à temática proposta pelo Núcleo, atendidas com a criação do NUGEDIS.

Através do estudo realizado nos documentos referentes à criação do NUGEDIS, foi possível concluir que a criação desses núcleos objetiva uma educação inclusiva e mais igualitária,

visando a diminuição de discriminações de gênero e diversidade sexual. Considerando que, desde março de 2020, o IFFar está com as atividades presenciais suspensas devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, as atividades dos núcleos estão sendo realizadas no formato on-line (IFFAR, 2020). A seguir, serão elencadas algumas atividades realizadas no mês de junho de 2020, que é o mês do orgulho LGBT: rodas de conversas com alunos/as e ex-alunos/as sobre interseccionalidade: vivências diversas; ciclo de palestras sobre diversidade e inclusão realizadas no estilo de lives com os temas “empoderamento feminino em tempos de COVID-19”; “direitos humanos, gênero e sexualidades: diálogos nos cotidianos escolares”; “diversidade na pandemia: violências em tempos de anormalidade”; “noções básicas dos direitos da população LGBTT+”; entre outras.

O NUGEDIS do campus Júlio de Castilhos promoveu de 22 a 26 de junho a I Semana da Diversidade, que contou com a realização da aula on-line “Violência contra mulheres trans”; e da live “É raro, mas acontece muito: falando de minorias sexuais na escola”. Também foram lançados cinco vídeos curtos no YouTube: “Relatos de uma mulher trans”; “LGBT e o mercado de trabalho”; “LGBT e saúde”; “LGBT e raça”; e “Violência contra a mulher trans”. O Núcleo também participou de uma ação em parcerias com outras instituições para arrecadação de material de higiene para mulheres e LGBTI+ em situação de vulnerabilidade. Ademais, a página do Facebook também foi utilizada para divulgação de números de telefone para realizar denúncias de violência contra as mulheres. Essas ações são exemplos que vão além dos muros da instituição, alcançando também a comunidade externa.

Nos vídeos que estavam liberados para o público nas datas das pesquisas, percebe-se que a maioria dos participantes não se manifestou, mas aqueles que o fizeram marcaram como positivas as ações, sendo que os comentários foram incentivadores. No entanto, na aula sobre “Violência contra mulheres trans”, realizada na plataforma *Google Meet*, houve manifestações de desrespeito e agressão verbal às convidadas, o que foi repudiado pelo Instituto⁵.

Considerando os atos de ódio e desrespeito elencados acima, concorda-se com Colling (2015, p. 36) ao afirmar que “abrir os discursos sobre as relações de gênero, mostrar como e quando foram arquitetados, desconstruí-los, é uma tarefa árdua, difícil e necessária”. Conclui-se que as ações dos núcleos de gênero e diversidade sexual são necessárias e importantes, já que buscam a disseminação de informações sobre a temática de gênero e diversidade sexual para que os sujeitos que delas participem compreendam que as diferenças são naturais e devem ser respeitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Scott (1989) pontua que os estudos de gênero não conseguem apontar uma solução para acabar com as discriminações e submissões que as mulheres sofrem na sociedade. De fato, acredita-se que apontar uma solução única é praticamente impossível, mas os espaços dos saberes e pensares, onde as escolas, os institutos e as universidades se encontram, devem abordar as temáticas para que se rompam os paradigmas dos binarismos homens/mulheres e feminino/masculino.

Sendo as identidades de gênero e de sexualidade conceitos sociais e culturais, elas são também mutáveis, apresentando “propriedades de fluidez e inconsistência” (LOURO, 2018, p. 15), portanto, devem ser tratadas com naturalidade pelas pessoas. As relações de poder baseadas

⁵ Acesse a nota de repúdio no link: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias/item/17770-iffar-manifesta-rep%C3%BAdio-a-atos-de-desrespeito-em-aula-online-sobre-diversidade-de-g%C3%AAnero?fbclid=IwAR2AOkT7RXzmkEcHMql2HbllQdHruoCwgcFdu7ZRQ9-iZqz-CU0aL4Zck8>.

nos gêneros não devem mais serem perpetuadas, e núcleos como o NUGEDIS adquirem importância para o rompimento da normalização dessas relações.

Como disse Colling (2015), este debate é uma tarefa árdua e difícil, porém é necessário em todos os ambientes e a escola não pode se negar a abordá-los. Através dessas abordagens dentro de sala de aula, ou mesmo fora dela, em espaços menos formais, tem-se uma abertura de diálogo com os/as jovens para que eles possam expressar seus medos, desejos e curiosidades, evitando que aprendam sozinhos/as sobre as relações de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Em espaços como o do NUGEDIS, jovens e adolescentes estarão conversando em um ambiente de aprendizado pautado em conhecimentos de referenciais teóricos. Nesse ínterim, as escolas e os institutos que escolhem problematizar essas temáticas têm a vantagem de disseminar o conhecimento através do “diálogo” entre o científico e o empírico. Assim, evita-se que os/as jovens adquiram aprendizados errôneos, sem embasamento teórico e carregados de preconceitos e discriminações.

Além disso, acredita-se que através da atuação de núcleos como NUGEDIS os sujeitos tendem a serem mais críticos em relação as suas atuações na sociedade. Especificamente, sobre os variados e importantes assuntos e discussões que a temática de gênero e diversidade sexual traz à tona, os/as jovens que têm a oportunidade de participar desses debates poderão contribuir ativamente para uma sociedade mais justa, inclusiva, igualitária e diversa, na tentativa de erradicar os binarismos e as dominâncias de gênero na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Susi Mara da Silva; LAMB, Catia Regina Züg. Ações inclusivas: IF Farroupilha Campus Santa Rosa em questão. In: BRANCHER, Vantoir Roberto; MEDEIROS, Bruna de Assunção. **Inclusão e diversidade: repensando saberes e fazeres na educação profissional, técnica e tecnológica**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. Cap. 7.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 06 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 nov. 2020.
- BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 83-113.
- CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Onilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.
- COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre educação e gênero. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jan./jun. 2015.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GÊNERO: o que é (e o que não é) | Thaís Lima #05**. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (14 min 49 s). Publicado pelo canal Thaís Lima. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x_WkMLkdl6M&ab_channel=Tha%C3%ADsLima. Acesso em: 03 abr. 2020.

GUERCH, Cristiane Ambrós; CONTO, Janete Maria do. Trabalhando questões gênero e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL, 5., 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM Disponível em <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3163.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Santa Maria, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/8369-plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018>. Acesso em: 31 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Política de Diversidade e Inclusão do IF Farroupilha**. Santa Maria, ago. 2013. Disponível em: <http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/5937/8474ab138bf0abe49bd338cea7053a1f>. Acesso em: 05 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução Consup nº 23/2016, de 24 de maio de 2016**. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP 015/2014, [...]. Santa Maria: IFFAR, 2016. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/14699-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-023-2016-altera-a-reda%C3%A7%C3%A3o,-reorganiza-os-t%C3%ADtulos-e-inclui-o-n%C3%BAcleo-de-g%C3%AAnero-e-diversidade-sexual-na-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-015-2014-que-disp%C3%B5e-sobres-a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas-do-iffar>. Acesso em: 26 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Suspensão das atividades presenciais do IFFar passa a ter prazo indeterminado**. Santa Maria, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias/item/16993-suspens%C3%A3o-das-atividades-presenciais-do-iffar-passa-a-ter-prazo-indeterminado-5e762ff7af66d>. Acesso em: 05 out. 2019.

INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA. What is intersex? Rohnert Park, 2008. Disponível em: https://isna.org/faq/what_is_intersex/. Acesso em: 23 jun. 2020.

JACOBINI, Maria Letícia. **Metodologia do trabalho acadêmico**. Campinas: Alínea, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 7-35.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL DO IFFAR-SB. São Borja, 2020. **Facebook**: @NugedisSB. Disponível em <https://www.facebook.com/NugedisSB/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

NUGEDIS IFFAR-JC. Júlio de Castilhos, 2020. **Facebook**: @nugedis.nugedis.5. Disponível em: <https://www.facebook.com/nugedis.nugedis.5>. Acesso em: 28 jul. 2020.

NUGEDIS - IFFAR - CAMPUS SANTO ÂNGELO. Santo Ângelo, 2020. **Facebook**: @nugedissan. Disponível em: <https://www.facebook.com/nugedissan/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

NUGEDIS - IFFARROUPILHA CAMPUS ALEGRETE. Alegrete, 2020. **Facebook**: @nugedis.ifalegrete. Disponível em: <https://www.facebook.com/nugedis.ifalegrete/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ROCHA, Késia dos Anjos. Diversidade sexual e combate à homofobia no cenário das políticas públicas para a educação. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5958_2939.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

SCHWANTES, Kátia; HAMER, Clarinês. Diversidade de gênero e sexualidade: um olhar para os livros didáticos do ensino fundamental. In: BRANCHER, Vantoir et tal. **Educação, gênero e ações afirmativas: dilemas do nosso tempo**. Curitiba: Appris, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórico**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. New York: Columbia University Press, 1989.

SOBRE O AUTOR

Tábata dos Santos Fioravanti: Administradora, especialista em Gestão Pública Municipal e Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal Farroupilha. Servidora na Universidade Federal do Pampa.

Vantoir Roberto Brancher: Pedagogo. Especialista em Educação Especial AH/SD. Mestre e Doutor em Educação Professor do Instituto Federal Farroupilha Professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional (PROFEPT). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Inicial e Continuada de Professores.

Heloísa Cordeiro Moreira: Professora do PROFEPT, Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Doutora em Engenharia Civil pela UFC (2014), mestrado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Engenheira de segurança do Trabalho, Graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal do Ceará (1997), graduação em Formação Pedagógica para Educação Profissional pela Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da UNISUL (2009).

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

FIORAVANTI, Tábata dos Santos; BRANCHER, Vantoir Roberto; MOREIRA, Heloísa Cordeiro. Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, p. 207-219, 2020. E-ISSN: 2675-3294.

Submetido em: 06/11/2020

Revisões requeridas em: 14/12/2020

Aprovado em: 21/12/2020